

Projeto de Resolução nº ____/2025

Institui a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Botelhos/MG e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Botelhos aprovou e eu, Presidente, nos termos do inciso IV do art. 34 da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Botelhos/MG, a Escola do Legislativo, órgão de caráter permanente, pedagógico, educativo e institucional, subordinado à Mesa Diretora da Câmara.

Art. 2º. A Escola do Legislativo tem por missão:

I. oferecer suporte técnico-administrativo aos vereadores e servidores da Câmara;

II. promover a formação política, cidadã e institucional, por meio de cursos, seminários, oficinas, conferências e outros eventos;

III. estimular a pesquisa legislativa, a participação social e o intercâmbio com instituições de ensino, universidades e outras Câmaras;

IV. aproximar a sociedade do Poder Legislativo, ampliando o entendimento sobre seus papéis e atividades.

TÍTULO II

DOS OBJETIVOS DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

Art. 3º. São objetivos específicos da Escola do Legislativo:

a) promover cursos, seminários, oficinas e eventos para servidores, vereadores e a comunidade;

b) desenvolver e implementar o programa Parlamento Jovem, oferecendo formação política, participação e conhecimento do processo legislativo a estudantes;

c) organizar a Câmara Mirim, possibilitando que crianças e adolescentes vivenciem atividades legislativas simuladas;

d) estabelecer parcerias com escolas, universidades, organizações da sociedade civil, Câmara dos Deputados, Senado, Assembleias Legislativas e outras Câmaras Municipais;

e) formular um Plano Político-Pedagógico (PPP) que oriente as ações da Escola.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º. A Escola do Legislativo terá a seguinte estrutura mínima:

- I. Diretor da Escola;
- II. Coordenação Pedagógica;
- III. Secretaria;
- IV. Conselho Escolar.

Art. 5º. A escolha dos membros da estrutura:

- I – O(A) Presidente da Câmara Municipal atuará como Diretor da Escola;
- II - A Coordenação Pedagógica será exercida pelo servidor ocupante do cargo de Coordenador de Projetos Especiais;
- III - Atuará como Secretário (a) da Escola servidor da Câmara Municipal, designado pelo Presidente.
- IV - O Conselho Escolar será composto por:
 - a) Diretor da Escola;
 - b) Coordenador Pedagógico;
 - c) dois vereadores designados pelo Presidente;
 - d) um representante dos servidores da Câmara indicado pelo Diretor da Escola.

TÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º. Compete ao Diretor da Escola do Legislativo:

- I. dirigir e representar a Escola perante a Mesa Diretora e instituições externas;
- II. elaborar e submeter à Mesa e ao Conselho Escolar o Plano Político-Pedagógico da Escola;
- III. administrar os recursos orçamentários destinados à Escola e aprovar o orçamento anual da Escola;
- IV. propor convênios, parcerias e cooperação técnica com universidades, instituições de ensino e outras Casas Legislativas;
- V. coordenar a oferta de cursos, eventos, seminários e outras atividades;

VI. elaborar relatório anual de atividades para prestação de contas à Mesa Diretora.

Art. 7º. Compete à Coordenação Pedagógica:

- I. planejar e programar a grade de cursos e atividades formativas;
- II. requisitar a contratação do corpo docente (instrutores, palestrantes);
- III. avaliar os resultados pedagógicos e propor melhorias;
- IV. preparar material didático e pedagógico;
- V. apoiar a organização de eventos, pesquisas e produção de conhecimento.

Art. 8º. Compete à Secretaria da Escola:

- I. dar suporte administrativo às atividades da Escola;
- II. organizar inscrições, certificados, documentos de cursos e eventos;
- III. manter registros de frequência, avaliações, relatórios;
- IV. prestar contas dos recursos usados à Direção da Escola.

Art. 9º. Compete ao Conselho Escolar:

- I. deliberar sobre o Plano Político-Pedagógico;
- II. acompanhar a execução de cursos, eventos e outras ações;
- III. emitir parecer sobre a celebração de convênios;
- IV. decidir sobre outras questões de interesse institucional da Escola.

TÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

Art. 10. A Escola do Legislativo funcionará nas dependências da Câmara Municipal, podendo realizar atividades externas por meio de convênios ou parcerias.

Art. 11. As despesas da Escola correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Botelhos, podendo ser autorizados convênios, cooperações e parcerias para captação de recursos adicionais.

Art. 12. Poderão ser firmados convênios, protocolos e termos de cooperação com instituições de ensino, outras Casas Legislativas, universidades e entidades que contribuam para os objetivos da Escola.

Art. 13. A contratação do corpo docente da Escola do Legislativo poderá ser realizada mediante inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, III, “f”, da Lei

Federal nº 14.133/2021, desde que comprovada, em cada caso, a inviabilidade de competição, a singularidade do objeto e a notória especialização do profissional ou da empresa contratada, mediante processo administrativo devidamente motivado, sem prejuízo da adoção de outras formas de contratação previstas em lei, conforme a natureza do serviço e o interesse público.

Art. 14. Para garantir o funcionamento da Escola do Legislativo, o Presidente da Câmara Municipal poderá autorizar despesas mediante regime de pronto pagamento ou adiantamento, nos termos do art. 95, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, do art. 68 da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Lei Municipal nº 2.190, de 30 de janeiro de 2024, observados os limites legais, o caráter excepcional da despesa e o prévio empenho da dotação orçamentária própria.

§ 1º. As despesas realizadas por meio do regime de pronto pagamento ou adiantamento restringir-se-ão às hipóteses previstas na Lei Municipal nº 2.190/2024, especialmente aquelas de pequeno vulto, necessidade imediata ou urgência que não possam aguardar o processamento normal da despesa.

§ 2º. A aplicação dos recursos, a comprovação das despesas, os prazos, a prestação de contas e o recolhimento de eventual saldo não utilizado obedecerão, integralmente, às normas e procedimentos estabelecidos na Lei Municipal nº 2.190/2024 e aos atos regulamentares da Mesa Diretora.

§ 3º. É vedada a utilização do regime de pronto pagamento ou adiantamento para despesas diversas daquelas para as quais tenha sido expressamente autorizado, bem como para fracionamento indevido de despesas.

TÍTULO VI

DO PROGRAMA CÂMARA NA ESCOLA E CÂMARA MIRIM

Capítulo I – Dos objetivos e definições:

Art. 15. Fica instituído, no âmbito do Município de Botelhos/MG, o Programa Câmara na Escola, com os seguintes objetivos gerais:

I - Despertar nas crianças e jovens e toda a comunidade escolar a consciência da cidadania aliada à responsabilidade com o seu meio social e sua comunidade;

II - Integrar com o Poder Legislativo a responsabilidade de despertar a ética, a cidadania, valores reflexivos e reais para uma sociedade moderna;

III - Criar junto à comunidade espaços para o crescimento dos anseios das crianças e jovens e de toda a comunidade escolar em direção à conquista da cidadania, num processo de contínua aprendizagem;

IV - Estimular nos jovens, crianças e professores a participação democrática e cidadã por meio de atividades que propiciem conhecimento sobre o Poder Legislativo;

V - Aproximar o Poder Legislativo da comunidade, especialmente dos jovens e crianças, de forma a disseminar conhecimentos sobre o funcionamento da Câmara de Vereadores e a atuação de seus representantes.

Art. 16. Constituem objetivos específicos do Programa Câmara na Escola:

I - Proporcionar a circulação de informações nas escolas sobre projetos, leis e atividades gerais da Câmara Municipal de Botelhos;

II - Possibilitar aos alunos e professores o acesso e conhecimento dos Vereadores e do trabalho da Câmara Municipal de Botelhos e as propostas apresentadas no Legislativo em prol da comunidade;

III - Favorecer atividades de discussão e reflexão sobre os problemas do município de Botelhos que mais afetam a população;

IV - Proporcionar situações em que os alunos, representando as figuras dos vereadores, apresentem sugestões para solucionar importantes questões da cidade ou determinados grupos sociais;

V - Sensibilizar professores, funcionários e pais de alunos para participarem do Projeto Câmara na Escola e apresentarem sugestões para o seu aperfeiçoamento.

VI - Fortalecer a escola como espaço privilegiado para a vivência de experiências e valores democráticos.

Art. 17. O Programa consistirá nas seguintes ações do Poder Legislativo em conjunto com a comunidade escolar:

I - Eleição de vereadores para a Câmara Mirim que representarão a comunidade escolar;

II - Reuniões Ordinárias da Câmara Mirim na sede do Poder Legislativo;

III - Reuniões Extraordinárias e Itinerantes da Câmara Mirim nos prédios das escolas municipais;

IV - Visita dos vereadores às Escolas do Município;

V - Visita dos alunos e professores à sede do Poder Legislativo;

VI - Atividades de estudo, debates e deliberações sobre temas diversos;

VII - Entrevistas com Vereadores e membros dos Poderes Executivo e Judiciário e da sociedade civil organizada;

VIII - Oficinas e simulações;

IX - Concursos de redação;

X - Apresentação de sugestões;

XI - Confecção de Cartilhas que contribuam para elucidação sobre aspectos gerais de leis municipais, estaduais e federais, bem como, sobre o trabalho da Câmara de Vereadores e demais Poderes Constituídos;

XII - Outras ações que guardem correspondência com os objetivos gerais e específicos do Programa.

Parágrafo único. Poderá ser proposto um tema de relevante repercussão social, que será trabalhado nas escolas durante todo o ano letivo, apresentando-se ao fim do ano legislativo o resultado das discussões e as sugestões geradas.

Art. 18. A participação das escolas será por livre adesão.

Art. 19. O Programa Câmara Mirim compreende as seguintes etapas:

I – Ampla divulgação em todas as unidades escolares do município;

II – Mobilização e formação pedagógica nas escolas, através do desenvolvimento de um projeto de educação para cidadania e formação política, que estimule os estudantes e toda a comunidade escolar a participar do programa;

III – Eleição dos Vereadores Mirins em cada escola participante, com a assessoria da Câmara Municipal de Botelhos/MG;

IV – Implementação de um cronograma de atividades desenvolvido no período compreendido entre março a novembro, que contemple: formação política e cidadã (palestras, debates, visitas e outros), acompanhamento de Sessões Ordinárias na Câmara, acompanhamento das reuniões de Comissão, audiências nos gabinetes dos Vereadores, Audiências Públicas nas unidades escolares, eleição da Mesa da Câmara Mirim e Sessão Plenária da Câmara Mirim.

Capítulo II – Da Câmara Mirim:

Art. 20. A Câmara Mirim será composta por 9 (nove) Vereadores, matriculados em estabelecimentos públicos e privados do ensino fundamental do Município de Botelhos, mediante processos seletivos de escolha.

§1º. Os vereadores mirins poderão ser reeleitos uma única vez.

§2º. Poderão se eleger alunos com no máximo 15 anos de idade.

§3º. O processo de escolha dos Vereadores Jovens dar-se-á por eleição, mediante voto direto e secreto, dela podendo participar como eleitores os alunos devidamente matriculados no 6º Ano, 7º Ano, 8º Ano e 9º Ano do ensino fundamental dos estabelecimentos escolares do município de Botelhos.

§4º. A candidatura a Vereador Mirim é individual, podendo candidatar-se alunos que estejam devidamente matriculados no 6º Ano, 7º Ano, 8º Ano e 9º Ano do ensino fundamental dos estabelecimentos de ensino públicos e privados de Botelhos.

§5º. A campanha deverá se desenvolver internamente, nos estabelecimentos de ensino fundamental, no período de 10 (dez) dias anteriores à realização da eleição, priorizando-se o debate e exposição de ideias, sendo expressamente proibida a atuação de partidos políticos, o uso de símbolos, logotipos, siglas e outras formas que possam identificar a influência partidária.

§6º. Caberá aos estabelecimentos de Ensino, com o auxílio da Câmara Municipal de Botelhos, a organização e coordenação da eleição da Câmara Mirim, estabelecendo normas, estipulando dias, horários e outras condições que deverão ser observados pelos candidatos, garantindo igualdade entre os mesmos durante a campanha eleitoral.

§7º. Os estudantes englobados nos critérios do parágrafo 4º poderão votar em qualquer dos candidatos, independentemente da série ou instituição de ensino em que estes últimos estiverem.

Art. 21. A eleição para Câmara Mirim ocorrerá até o dia 20 do mês de março de cada ano escolar.

Art. 22. Deverá ser criada uma comissão representativa do Legislativo para acompanhar os trabalhos de eleição dos vereadores mirins, composto por no mínimo 03 (três) vereadores, escolhidos entre os membros do Poder Legislativo em exercício, mediante sorteio a ser organizado pela Mesa Diretora.

Art. 23. Serão considerados eleitos os 9 (nove) alunos com o maior número de votos que serão Vereadores Mirins titulares, sendo que os demais ficarão na condição de suplente obedecida a ordem de votação.

Parágrafo único - Em caso de empate, será considerado eleito o Vereador Mirim de maior idade.

Art. 24. Compete à Câmara Mirim, especificamente, encaminhar proposições que visem à melhoria da qualidade de vida da comunidade botelhense, relativa à Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, Lazer, Meio Ambiente, Segurança Pública e outros assuntos de interesse público.

§ 1º. O Poder Legislativo fornecerá normas e modelos de proposições para que os Vereadores Mirins possam sistematizar suas propostas;

§ 2º. As propostas dos Vereadores Mirins serão, por parte do Legislativo Municipal, objeto de análise, deliberação das proposições e posterior encaminhamento aos órgãos públicos competentes.

Art. 25. O mandato dos Vereadores Mirins terá duração de um ano encerrando na última sessão ordinária da Câmara Mirim do mês de fevereiro subsequente ao ano das eleições do Vereador Mirim, em sessão solene, com a presença dos Vereadores da Câmara Municipal de Botelhos, que homenagearão os Vereadores Mirins em fim de mandato através de entrega de diploma.

Parágrafo único. Os vereadores mirins não serão remunerados, sendo sua atividade considerada educativa e participativa e de relevante interesse público.

Capítulo III – Das reuniões:

Art. 26. As reuniões serão:

I – ordinárias, as realizadas na última terça-feira de cada mês, no plenário do Poder Legislativo do Município, 17:30h.

II - extraordinárias, as realizadas em dias diversos dos fixados para as reuniões ordinárias, com duração máxima de duas horas;

III - solenes, as realizadas para homenagens, comemorativas ou cívicas;

IV - itinerantes, as realizadas fora do recinto da Câmara Municipal, dando-se preferência à realização nas sedes das escolas municipais.

§1º. Recaindo a reunião ordinária em feriados, deverá ser marcada para a semana anterior, ou em casos de impedimentos, deverá à mesma ser transferida para a semana subsequente.

§2º. O horário das reuniões ordinárias, extraordinárias e itinerantes não poderá ser prorrogado.

§3º. Nos períodos de recesso da Câmara Municipal, também estará em recesso a Câmara Mirim.

§4º. Qualquer cidadão poderá assistir às reuniões ordinárias, extraordinárias, solenes e itinerantes.

§5º. Fica instituído o momento cívico, em toda reunião ordinária, com a execução do Hino Municipal e Nacional.

§6º. A mesa da Câmara Municipal estabelecerá, anualmente, calendário para as sessões da Câmara Mirim.

Art. 27. As convocações para as Reuniões Extraordinárias serão feitas pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo Presidente Mirim, com a anuência daquele.

Art. 28. As Reuniões Extraordinárias realizar-se-ão da mesma forma que as reuniões ordinárias, exceto quanto ao uso da tribuna.

Art. 29. As Reuniões Itinerantes serão solicitadas por qualquer Vereador Mirim através de Requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Botelhos e dar-se-ão da mesma forma que as reuniões ordinárias, exceto quanto à ordem do dia.

Parágrafo único. As Reuniões Itinerantes visam à difusão, nas escolas, dos projetos em tramitação na Câmara Municipal e Câmara Mirim, as reais funções dos Vereadores e do Poder Legislativo e, principalmente, favorecer atividades de discussão e reflexão dos problemas do Município de Botelhos.

Art. 30. Os Vereadores Mirins deverão ser estimulados a participar como espectadores na sede desta Casa Legislativa de todas as espécies de sessões da Câmara Municipal de Botelhos.

Parágrafo único. A presença, nas reuniões citadas no caput desse artigo, deverá ser comunicada ao Presidente do Poder Legislativo Municipal que fará registrar na ata da reunião ordinária da Câmara Municipal.

Art. 31. Na primeira reunião, após a posse, caberá à Secretaria da Câmara Municipal informar aos Vereadores Mirins sobre a estrutura organizacional do Poder Legislativo e seu funcionamento administrativo.

Art. 32. Nas sessões ordinárias e itinerantes, poderá haver manifestação na tribuna popular, onde no máximo 03 pessoas terão cada um, prazo de 10 (dez) minutos para fazer sua explanação, sendo vedado aos vereadores pedir apartes ou fazer qualquer comentário durante esta fase da reunião.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de 10 (dez) minutos, o cidadão no uso da Tribuna Livre, ou qualquer vereador, poderá solicitar a quem estiver presidindo a sessão, que coloque em deliberação pelo plenário a concessão de mais

5 (cinco) minutos improrrogáveis, para que as informações apresentadas possam ser concluídas.

Capítulo IV – Do compromisso e posse dos eleitos

Art. 33. A Câmara de Vereadores Mirim instalar-se-á no mês de Abril, em data definida pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Botelhos, sendo presidida pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Botelhos, secretariado pelo Vereador Mirim de maior idade, cujos trabalhos dar-se-ão com o compromisso e a posse dos eleitos.

§1º. O Presidente da Câmara Municipal, nesta solenidade, tomará o compromisso e empossará os eleitos, através da leitura do compromisso, de pé, acompanhado por todos os Vereadores Mirins.

§ 3º. O compromisso se dará nos seguintes termos: "Prometo desempenhar fielmente o meu mandato, buscando promover o bem geral do Município de Botelhos dentro das normas regimentais".

§ 4º. O Vereador Mirim, secretário dos trabalhos, fará a chamada nominal dos seus pares, os quais declararão pessoalmente: "Assim prometo", assinando em seguida o termo de posse.

Art. 34. Após concluída a cerimônia de compromisso e posse, será a reunião suspensa por 15 (quinze) minutos a fim de ser preparada a eleição da Mesa Diretora.

Parágrafo único. A Mesa Diretora será composta pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário Mirim, com mandato de um ano legislativo, que ficarão automaticamente empossados.

Art. 35. A eleição da Mesa será feita pelo processo nominal.

Art. 36. Considerar-se-ão eleitos os que obtiverem a maioria simples dos votos e, em caso de empate, será considerado eleito o Vereador Mirim de maior idade.

CAPÍTULO V – Dos Órgãos da Câmara Mirim de Botelhos

Seção I – Da Mesa Diretora

Art. 37. A Mesa Diretora constitui-se num órgão da Câmara Mirim de Botelhos, competindo-lhe dirigir os trabalhos.

Parágrafo Único. A Mesa é composta por um Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos pelos Vereadores Mirins.

Art. 38. À Mesa da Câmara Mirim de Botelhos compete coordenar, dirigir e fiscalizar o andamento dos trabalhos das Sessões Plenárias.

Seção II – Do Presidente

Art. 39. O Presidente é o representante da Câmara Mirim quando houver que se enunciar coletivamente. É o regulador de seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, tudo na conformidade desta resolução.

Art. 40. São funções do Presidente da Câmara Mirim:

- I - presidir, abrir, suspender e encerrar a Sessão;
- II - manter a ordem e fazer com que sejam respeitadas as regras estabelecidas;
- III - conceder a palavra aos demais vereadores mirins;
- IV - anunciar a “Ordem do Dia”;
- V - anunciar o número de vereadores presentes;
- VI - organizar a discussão e votação dos projetos de lei, requerimentos e outras proposições legislativas;
- VII - anunciar os resultados da votação;
- VIII - zelar para que os vereadores mirins possam agir com liberdade, dignidade, respeito e para que possam usar plenamente dos seus direitos como parlamentares.

§1º. Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a presidência e não a reassumirá enquanto se debater a matéria que se propôs a discutir.

§2º. O Presidente poderá, em qualquer momento, fazer ao Plenário comunicações de interesse geral.

Seção III – Do Vice-presidente

Art. 41. Durante as Sessões Plenárias, sempre que o Presidente precisar se ausentar, o Vice Presidente o substituirá nas suas funções, cedendo-lhe o lugar logo que esteja presente.

Seção IV – Do Secretário

Art. 42. São atribuições do Secretário:

- I - proceder à chamada dos vereadores mirins;
- II - tomar nota dos vereadores mirins que pedem a palavra;
- III - anotar o tempo que o orador ocupar a Tribuna;
- IV - fiscalizar a redação da ata e proceder à sua leitura;
- V - auxiliar o Presidente na direção dos trabalhos.
- VI - substituir o Presidente Mirim na ausência do Vice-Presidente Mirim;
- VII - elaborar as atas das reuniões;
- VIII - inscrever os oradores para uso da palavra; e
- IX - ler a ata da reunião anterior.

Seção V – Das Comissões

Art. 43. As Comissões Legislativas Mirins são:

I - permanentes, as que têm por finalidade apreciar os assuntos submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar;

II - especiais, as criadas por deliberação do Presidente Mirim ou por requerimento da maioria simples dos Vereadores Mirins contendo a finalidade, o número de membros e o prazo de funcionamento, para apreciar assuntos extraordinários.

Parágrafo Único. Concluídos os trabalhos, a comissão especial apresentará um relatório com suas conclusões para apreciação do plenário.

Art. 44. Cabe às Comissões Legislativas Permanentes, compostas por, no mínimo, 03 (três) Vereadores Mirins, discutir e exarar parecer fundamentado no prazo de 15 (quinze) dias a todas as matérias sujeitas a sua apreciação.

§1º. Cada Vereador Mirim, exceto o Presidente Mirim, deverá participar de pelo menos uma Comissão.

§2º. Poderão participar dos trabalhos das comissões pessoas convidadas para esclarecimento de matérias.

Art. 45. As Comissões Legislativas Permanentes reunir-se-ão, obrigatoriamente, uma hora antes das Reuniões Ordinárias.

Art. 46. São as seguintes as Comissões Legislativas Permanentes:

I - Comissão de Legislação, Justiça e Redação;

II - Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira;

III - Comissão de Ordem Econômica, Social e Cultural;

IV - Comissão de Serviços Públicos, Obras e Administração Municipal.

§ 1º. Os membros das Comissões Permanentes serão escolhidos em comum acordo para integrá-las por período de um ano legislativo, permitida a recondução.

§ 2º. Não havendo acordo, proceder-se-á à eleição dos membros de cada comissão, por meio de sorteio.

Seção VI – Dos Direitos e Deveres dos Vereadores Mirins

Art. 47. Aos Vereadores Mirins competem os seguintes direitos:

I - participar de todas as discussões e deliberações do plenário;

II - votar e ser votado na eleição da Mesa Diretora Jovem, na forma desta resolução;

III - apresentar proposições que visem o interesse coletivo.

Art. 48. São deveres do Vereador Mirim:

I – obedecer às regras regimentais da Câmara Mirim;

II - comparecer com o uniforme escolar

III - respeitar e tratar com urbanidade os Vereadores da Câmara Municipal de Botelhos, os servidores, e seus pares Vereadores;

IV - comparecer pontualmente às reuniões plenárias, de comissões e aos compromissos aos quais for designado;

V - residir no Município de Botelhos;

VI - justificar ausência através de aviso dos pais, ofício da escola ou atestado médico.

Seção VII – Da Perda de Mandato, Licença e Renúncia

Art. 49. Perderá o mandato o Vereador Mirim que:

I - for insubordinado ao Presidente Mirim ou às regras contidas nesta resolução;

II - deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões injustificadamente;

III - deixar de residir no Município de Botelhos;

IV – ser suspenso ou expulso da instituição de ensino que frequente.

Art. 50. A extinção do mandato do Vereador Mirim verificar-se-á quando:

I - ocorrer falecimento;

II - ocorrer renúncia, por escrito, através de ofício dirigido ao Presidente Jovem;

III - ocorrer à perda do mandato.

Art.51. O Vereador Mirim pode licenciar-se:

I - para tratamento de saúde, devidamente comprovado;

II - para tratar de assuntos de interesse particular, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Seção VIII – Dos Suplentes

Art. 52. O suplente de Vereador Mirim assumirá a vaga definitiva quando vaga a cadeira do titular, devendo tomar posse na reunião subsequente, devendo ser convocado em ofício conjunto do Presidente da Câmara e da Câmara Mirim.

Parágrafo único: O Suplente substituirá o titular em caso de licença, ou ainda na ausência de Vereador titular em sessões, mediante simples comunicado.

Art. 53. O suplente detém todos os poderes inerentes ao Vereador Mirim titular, exceto candidatar-se aos cargos da Mesa Diretora ou de Presidente de Comissão, quando tiver assumido no lugar de titular licenciado.

Seção IX – Das Sessões da Câmara Mirim

Art. 54. Para a manutenção da ordem durante as Sessões da Câmara Mirim de Botelhos, observar-se-ão as seguintes regras:

I - não serão permitidas conversas que perturbem os trabalhos;

II - o Vereador Mirim que pretender falar, deve sempre pedir a palavra ao Presidente, devendo ficar de pé sempre que seu pedido for deferido.

III - todo Vereador Mirim ao falar, deverá dirigir a palavra ao Presidente ou à Câmara Mirim de Botelhos de um modo geral;

IV – no início de cada votação o vereador deverá permanecer na sua cadeira.

Parágrafo único. Caso as normas previstas neste artigo não sejam respeitadas, caberá ao Presidente advertir o Vereador, convidando-o a sentar-se.

Art. 55. Os Vereadores Mirins contarão com o apoio técnico da Secretaria e servidores do legislativo municipal.

CAPÍTULO VI – Da Elaboração de Proposições Legislativa

Art. 56. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário e constitui-se em:

I - Projeto de Lei Mirim;

II - Emenda Mirim;

III - Requerimento Mirim;

IV - Moção Mirim; e

V - Indicação Mirim.

Parágrafo único. Os projetos, requerimentos, moções e emendas mirins considerar-se-ão aprovados se obtiverem a maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores Mirim, através de votação simbólica, em Plenário.

Seção I - Do Projeto de Lei Mirim

Art. 57. O Projeto de Lei Mirim tem por finalidade sugerir a regulamentação de matérias no âmbito municipal.

Seção II - Emenda Mirim

Art. 58. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra proposição podendo ser:

I - supressiva, a que manda erradicar qualquer parte da proposição principal;

II - substitutiva, a que é apresentada como sucedânea de outra proposição, em parte ou no todo, neste último caso denominando-se Substitutivo Geral;

III - aditiva, a que acrescenta novas disposições à proposição principal;

IV - modificativa, a que altera a proposição principal sem modificá-la substancialmente.

Parágrafo Único. Denomina-se subemenda a emenda apresentada à outra emenda.

Seção III - Requerimento Mirim

Art. 59. O Requerimento Mirim consiste em todo pedido escrito de Vereador Mirim, destinado a qualquer autoridade.

Seção IV – Moção Mirim

Art. 60. A Moção Mirim consiste em todo voto de congratulação, pesar ou repúdio.

Parágrafo Único. Os votos de pesar não serão submetidos à votação, apenas despachados.

Seção V – Indicação Mirim

Art. 61. Indicação Mirim é a proposição em que o Vereador Mirim sugere medidas de interesse público, aos poderes competentes.

Seção VI – Tramite das Proposições

Art. 62. As proposições da Câmara Mirim poderão ser apresentadas por qualquer Vereador Mirim.

§1º. A proposição deverá ser apresentada por escrito, em modelo fornecido pela Escola do Legislativo.

§2º. Toda proposição deve conter título, parte dispositiva, justificativa e assinatura do autor.

Art. 63. A proposição será protocolada pela Secretaria da Escola do Legislativo.

§1º. Após o protocolo, a proposição será encaminhada à Presidência da Câmara Mirim para verificação formal.

§2º. Estando em conformidade, a Presidência encaminhará a proposição para o Secretário Mirim para inclusão na Ordem do Dia da próxima reunião para leitura e distribuição.

Art. 64. Após leitura, as Indicações, Requerimentos e Moções serão apreciadas em turno único de votação na mesma reunião em que forem distribuídas.

Art. 65. Após leitura, os Projetos de Lei serão encaminhados às Comissões para emissão de parecer quanto à matéria apresentada.

§1º. O parecer deverá ser elaborado na próxima reunião de comissão.

§2º. Emitido o parecer, o projeto será devolvido à Presidência da Câmara Mirim, que incluirá a proposição na pauta da próxima sessão ordinária.

Art. 66. Incluída na pauta da sessão, o projeto de lei será apreciado em único turno de discussão e votação.

§1º. Colocado em apreciação, o Presidente Mirim abrirá espaço para discussão única, permitindo que o autor e outros Vereadores Mirins se manifestem.

§2º. Encerrada a discussão, o projeto de lei será colocado em votação, sendo considerado aprovado se obtiver votos favoráveis da maioria dos presentes.

§3º. As deliberações serão abertas e nominais, tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos membros da Câmara Mirim de Botelhos.

Art. 67. As proposições aprovadas serão encaminhadas pelo Presidente Mirim à Presidência da Câmara Municipal de Botelhos, acompanhadas de ata da Sessão Mirim, que poderá:

- I - enviar cópia à Prefeitura como sugestão cidadã;
- II - incluir temas relevantes em pautas de audiências públicas;
- III - estudar a possibilidade de transformar ideias em proposições reais.

Art. 68. Serão arquivadas as proposições:

- I – rejeitadas em plenário;
- II – retiradas pelo autor;
- III – que não apresentarem pertinência temática, conforme decisão fundamentada da Presidência Mirim.

Parágrafo único. O arquivamento não impede a reapresentação futura da matéria.

Art. 69. A tramitação das proposições na Câmara Mirim tem finalidade exclusivamente pedagógica, visando estimular a participação cidadã e o aprendizado sobre o processo legislativo.

Art. 70. Os casos omissos serão resolvidos pela Direção da Escola do Legislativo em conjunto com a Presidência da Câmara Mirim.

Seção VII – Das disposições finais

Art. 71. No desempenho de suas funções, os Vereadores Mirins contarão permanentemente com o auxílio e consultoria dos órgãos técnicos da Câmara Municipal de Botelhos.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 72. Os servidores da Câmara que forem designados para integrar a Escola exercerão suas funções na Escola sem prejuízo das atribuições originais do cargo, acumulando suas funções conforme permitido pela legislação municipal, sem a percepção de gratificação.

Art. 73. A Mesa Diretora poderá editar ato para disciplinar temas não previstos nesta Resolução, como seleção de instrutores, política de certificação e critérios para atividade formativa.

Art. 74. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Botelhos-MG, 15 de dezembro de 2025.

MARCUS VINÍCIUS BARBOSA LIMA

Presidente da Câmara

LUÍS ANTÔNIO VILAS BOAS

Vice-Presidente

GUILHERME A. DE SOUZA RAMOS

Secretário

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução tem por finalidade instituir a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Botelhos/MG, como órgão permanente de natureza pedagógica, educativa e institucional, vinculado à Mesa Diretora, com o objetivo de fortalecer a atuação do Poder Legislativo, qualificar seus agentes públicos e ampliar a participação cidadã no processo democrático.

A iniciativa encontra amparo na autonomia administrativa, financeira e funcional do Poder Legislativo Municipal, assegurada pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno da Câmara, constituindo matéria interna corporis, legitimamente disciplinável por meio de Resolução.

A criação da Escola do Legislativo atende às modernas diretrizes de governança pública, transparência, eficiência administrativa e controle social, promovendo a formação continuada de vereadores e servidores, o aprimoramento técnico do processo legislativo e o fortalecimento da relação institucional entre o Parlamento Municipal e a sociedade.

A proposta também se alinha às experiências exitosas adotadas pela Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais em todo o país, onde as Escolas do Legislativo exercem papel fundamental na difusão do conhecimento legislativo, na educação para a cidadania e no incentivo à participação democrática.

O projeto estabelece, de forma clara e organizada, a missão, os objetivos, a estrutura organizacional e as competências da Escola do Legislativo, assegurando governança institucional, transparência e controle das ações desenvolvidas, por meio da atuação do Diretor, da Coordenação Pedagógica, da Secretaria e do Conselho Escolar.

No tocante à gestão de recursos, o texto respeita integralmente os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e planejamento, ao prever que as despesas da Escola correrão à conta das dotações próprias do orçamento da Câmara Municipal, sem criação de despesas obrigatórias de caráter continuado, em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O Projeto de Resolução também institui e regulamenta os programas Câmara na Escola e Câmara Mirim, instrumentos reconhecidos de educação política e cidadã, voltados à formação de crianças e jovens, ao estímulo da consciência democrática e à aproximação do Poder Legislativo da comunidade escolar, sem qualquer vinculação político-partidária, respeitando os princípios da neutralidade, pluralidade de ideias e finalidade exclusivamente pedagógica.

Ressalte-se que a participação dos estudantes ocorre de forma voluntária, educativa e não remunerada, sem geração de vínculo jurídico, empregatício ou previdenciário, caracterizando-se como atividade de relevante interesse público e formativo.

Por fim, o projeto confere segurança jurídica ao prever a possibilidade de edição de atos complementares pela Mesa Diretora para disciplinar aspectos operacionais, sem prejuízo da observância da legislação vigente, e estabelece que os servidores designados para atuar na Escola do Legislativo exercerão suas funções sem acréscimo remuneratório, preservando a responsabilidade fiscal.

Diante do exposto, o presente Projeto de Resolução revela-se juridicamente adequado, constitucional, oportuno e de elevado interesse público, contribuindo para o fortalecimento institucional da Câmara Municipal de Botelhos, para a qualificação da atividade legislativa e para a consolidação da cidadania, razão pela qual se submete à apreciação dos nobres Vereadores, esperando-se a sua aprovação.

BOTELHOS-MG, 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

MARCUS VINÍCIUS BARBOSA LIMA

Presidente da Câmara

LUÍS ANTÔNIO VILAS BOAS

Vice-Presidente

GUILHERME A. DE SOUZA RAMOS

Secretário